

Direito

O modelo de resistência da OAB durante o mandato Michel Temer: traduções entre as ordens políticas e jurídica

Arthur Phillipe Milanez Santa Cecília - 7º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária

Dra. Leticia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Orientadora (FSCA, DIR, UFLA) - Orientador(a)

Dra. Camila Alves Borges Oliveira - Coorientadora (FGV DIREITO SP)

Resumo

Estudos realizados por diversos autores, dentre os quais Kim Scheppele, David Landau e Javier Corrales, têm apontado para o fato de que, no panorama contemporâneo, líderes autoritários são eleitos de forma democrática, mas, uma vez instalados no poder, empreendem mudanças normativas, a fim de enfraquecer os pilares democráticos. Apesar dos objetivos ocultos, essas mudanças se dão conforme os processos e procedimentos previstos, a fim de que a aparência democrática seja mantida. Nesse quadro, importante é o estudo desse fenômeno em terreno brasileiro. Isso porque autores como Cláudio Pereira de Souza Neto (2020) e Luis Felipe Miguel (2019) têm discutido e catalogado acontecimentos que apontam para um enfraquecimento das instituições democráticas, erosão dos valores constitucionais e do antagonismo político e crise da democracia no Brasil. Para além deste questionamento teórico levantado, é vital se estudar e analisar qual o comportamento dos juristas, sejam organizados ou individualmente, a fim de se obter a resposta de como esses atores se comportam diante desse acontecimento. Nesses termos, o objeto empírico da pesquisa é o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição que, embora não represente a totalidade dos juristas brasileiros, serve de forte indicador do pensamento da categoria, diante da possível erosão constitucional no Brasil. Dos estudos teóricos, extrai-se que Michel Temer ascendeu à presidência por meio da manipulação de questões constitucionais e com o forte apoio popular pelo impeachment de sua antecessora, Dilma Rousseff, além disso, utilizou um elevado apoio parlamentar como ferramenta de governo. Apesar de características antidemocráticas/autocráticas, alguns fatores, como sua baixa popularidade, afastam a classificação, ao menos em um primeiro momento, de Michel Temer como líder legalista autocrata. Além disso, constatou-se que do período de 12 de maio de 2016 a 12 de maio de 2017, primeiro ano de Governo Temer foram autuadas 117 ações envolvendo a OAB no Supremo Tribunal Federal. Em um primeiro juízo, uma parte considerável das ações, 14 delas, envolveram questões relacionadas às instituições democráticas. O resultado indica, desse modo, que a OAB atuou no STF diante de uma diversidade de casos, sendo as questões democráticas parte considerável dos interesses judiciais da instituição.

Palavras-Chave: Legalismo autocrático, Ordem dos Advogados do Brasil, Governo Michel Temer.

Link do pitch: <https://www.youtube.com/watch?v=2KxzKyPBtKQ>